

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

TRIBUNAL
DO JÚRI

10ª revista,
edição atualizada e
reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 02.02.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro- RJ- 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 5ª edição.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N876t

10. ed.

Nucci, Guilherme de Souza

Tribunal do júri / Guilherme de Souza Nucci. - 10. ed., rev., atual e reform. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.

496 p. ; 24 cm.

Apêndice

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-726-2

1. Júri - Brasil. 2. Processo penal - Brasil. I. Título.

24-88056

CDU: 343.195(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

1	JÚRI, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ASPECTOS HISTÓRICOS	1
1.1	Princípios constitucionais do Tribunal do Júri	1
1.1.1	Introdução	1
1.1.2	Plenitude de defesa	2
1.1.3	Sigilo das votações	7
1.1.4	Soberania dos veredictos	9
1.1.5	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	11
1.2	Júri: direito e garantia humana fundamental	14
1.2.1	O júri como garantia humana fundamental	15
1.2.2	O júri como direito humano fundamental	15
1.3	Aspectos históricos relevantes	16
1.4	Órgão do Poder Judiciário	18
2	LEGISLAÇÃO COMPARADA.....	19
2.1	Considerações iniciais	19
2.2	Inglaterra e País de Gales	20
2.3	Escócia	22
2.4	República da Irlanda	23
2.5	Austrália	24
2.6	Canadá	25
2.7	Estados Unidos	26
2.8	Portugal	28

2.9	Espanha	30
2.10	Grécia	31
3	PROCEDIMENTO ESPECIAL TRIFÁSICO	33
3.1	Visão geral das três fases	33
3.1.1	A prisão cautelar nas fases do júri	34
3.1.2	Duração da prisão cautelar na primeira fase	35
3.2	Juízo de formação da culpa.....	35
3.2.1	Inquérito policial e outras formas de investigação	35
3.2.2	Ação penal.....	39
3.2.3	Procedimento	39
3.2.4	Decisão judicial de finalização.....	46
3.2.4.1	Pronúncia.....	46
3.2.4.1.1	Conceito	46
3.2.4.1.2	Conteúdo e o aforismo <i>in dubio pro societate</i>	46
3.2.4.1.3	Fundamentação: materialidade, autoria e qualificadoras (inclui abordagem da questão relativa à motivação do acórdão)	50
3.2.4.1.4	Crimes conexos	57
3.2.4.1.5	Referências ao tipo penal básico e suas circunstâncias	59
3.2.4.1.6	Elemento subjetivo do crime	59
3.2.4.1.7	A questão da coautoria e da participação	60
3.2.4.1.8	Prisão cautelar na pronúncia.....	61
3.2.4.1.9	Alteração da classificação do crime na pronúncia... ..	63
3.2.4.1.10	Intimações necessárias após a pronúncia	64
3.2.4.1.11	Modificações da pronúncia após o trânsito em julgado	66
3.2.4.1.12	Encaminhamento do processo após a preclusão da pronúncia.....	67
3.2.4.1.13	Prazo para julgamento pelo júri após a pronúncia.....	68
3.2.4.2	Impronúncia.....	68
3.2.4.2.1	Conceito	68
3.2.4.2.2	Conteúdo e fundamentação.....	69
3.2.4.2.3	Despronúncia	72
3.2.4.2.4	Cabimento de recurso do réu contra a decisão de impronúncia	72
3.2.4.2.5	Possibilidade de instauração de novo processo.....	72
3.2.4.3	Desclassificação.....	73
3.2.4.3.1	Conceito.....	73
3.2.4.3.2	Hipóteses legais	73
3.2.4.3.3	Desclassificação de um dos crimes conexos.....	74
3.2.4.3.4	A possibilidade de suscitar conflito de competência.....	74

3.2.4.3.5	Reabertura de prazo para a defesa	75
3.2.4.3.6	Possibilidade de manutenção da prisão do réu em caso de alteração da competência.....	76
3.2.4.4	Absolvição sumária.....	77
3.2.4.4.1	Conceito e hipóteses legais	77
3.2.4.4.2	Constitucionalidade da absolvição sumária.....	80
3.2.4.4.3	Recurso de ofício	80
3.3	Juízo de preparação do plenário	81
3.3.1	Providências iniciais: os requerimentos de provas das partes	81
3.3.2	A supressão do libelo e da contrariedade ao libelo	84
3.3.3	Correlação entre pronúncia e questionário	85
3.3.4	Avaliação das provas	86
3.3.5	Relatório do processo.....	87
3.3.6	Desaforamento	88
3.3.6.1	Conceito	88
3.3.6.2	Hipóteses legais	88
3.3.6.3	Procedimento	92
3.3.6.4	Reaforamento	94
3.4	Juízo de mérito.....	94
4	JULGAMENTO EM PLENÁRIO	95
4.1	Organização do Tribunal do Júri	95
4.2	Jurados.....	97
4.2.1	Requisitos e escusas para ser jurado	97
4.2.2	Nível cultural do jurado e a figura do jurado profissional.....	100
4.2.3	Recusas e proibição de exclusão ao serviço do júri	103
4.3	Preparo da sessão de julgamento.....	104
4.4	As partes em plenário	110
4.4.1	Juiz presidente.....	110
4.4.2	Ministério Público.....	111
4.4.3	Assistente de acusação	113
4.4.4	O acusado e a questão das algemas	114
4.4.5	Defesa	117
4.5	Procedimento em plenário.....	119
4.5.1	Solenidades iniciais e o empréstimo de jurados de outro plenário	119
4.5.2	Verificação da presença das partes e das testemunhas (arroladas em caráter de imprescindibilidade) e formação do Conselho de Sentença....	121
4.5.3	Produção de provas	133
4.5.3.1	Inquirição da vítima, das testemunhas e acareação (a questão da retirada do réu de plenário).....	133
4.5.3.1.1	Falso testemunho	136
4.5.3.1.2	Inquirição de índio.....	137
4.5.3.1.3	Respeito à inquirição de vítima e testemunha.....	137
4.5.3.2	Relatório do processo e leitura de peças.....	139

4.5.3.3	Perícia.....	141
4.5.3.4	Documentos e prazo para a sua juntada (a questão relativa à folha de antecedentes do réu).....	141
4.5.3.5	Interrogatório e referência ao silêncio do réu, ausência de interrogatório, uso de algemas, decisão de pronúncia ou outra subsequente. O registro, a gravação e a transmissão do julgamento.....	147
4.5.4	Debates em plenário.....	155
4.5.4.1	Tempo para manifestação inicial das partes e limite da acusação...	155
4.5.4.1.1	Exigência de protesto da parte após a ocorrência de falha ou vício (a questão do <i>depoimento pessoal</i>)	157
4.5.4.1.2	Utilização de recursos audiovisuais ou outros meios de exposição de teses e argumentos – a questão do tempo específico para isso.....	158
4.5.4.2	Controle do tempo e a possibilidade de dilação.....	158
4.5.4.3	Acordo das partes em plenário e pedido de absolvição feito pela acusação	159
4.5.4.4	Réu ou sociedade indefesa	160
4.5.4.5	Anterior leitura do libelo	162
4.5.4.6	O direito ao aparte.....	162
4.5.4.7	Réplica e tréplica	164
4.5.4.8	Inovação da tese defensiva na tréplica	165
4.5.4.8.1	Inovação da tese acusatória em plenário	167
4.5.4.9	Pedido de esclarecimento das partes e dos jurados	168
4.5.5	Finalização em plenário.....	168
4.5.5.1	Fase de esclarecimento aos jurados	168
4.5.5.2	Exposição, explicação dos quesitos e alegação de nulidade.....	170
5	QUESTIONÁRIO.....	173
5.1	Conceitos de questionário e quesito.....	173
5.2	A redação, a ordem dos quesitos e as consequências da votação.....	175
5.2.1	Fato principal.....	175
5.2.2	Correspondência entre os quesitos e a pronúncia	176
5.2.3	Os quesitos de circunstâncias do fato principal. O reconhecimento de agravantes e atenuantes.....	177
5.2.4	As teses de defesa no questionário.....	179
5.2.5	As causas de aumento e de diminuição da pena.....	188
5.2.6	Julgamento envolvendo mais de um réu ou mais de um crime	188
5.2.7	Redação objetiva e clara dos quesitos.....	189
5.2.8	Agravantes e atenuantes.....	190
5.2.9	Método e consequências da votação (a não divulgação do resultado)	190
5.2.10	Julgamento dos crimes conexos.....	192
5.3	Modelos de quesitos relacionados aos crimes dolosos contra a vida.....	193
5.3.1	Homicídio	193

5.3.1.1	Homicídio simples	193
5.3.1.2	Homicídio simples hediondo	195
5.3.1.3	Tentativa de homicídio simples	196
5.3.1.4	Homicídio com causa específica de diminuição da pena (homicídio privilegiado)	196
5.3.1.5	Homicídio qualificado.....	198
5.3.1.5.1	Qualificadoras subjetivas	198
5.3.1.5.2	Qualificadoras objetivas	199
5.3.1.5.3	Feminicídio.....	203
5.3.1.6	Homicídio culposo	203
5.3.1.7	Homicídio com causa de aumento de pena referente a milícia privada e grupo de extermínio ou circunstâncias específicas do feminicídio.....	205
5.3.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	206
5.3.2.1	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.....	206
5.3.2.2	Formas qualificadas pelo resultado lesão grave ou gravíssima	207
5.3.2.3	Forma qualificada pelo resultado morte.....	208
5.3.2.4	Auxílio por omissão.....	208
5.3.3	Infanticídio	210
5.3.3.1	Infanticídio consumado	210
5.3.3.2	Tentativa de infanticídio.....	212
5.3.3.3	Concurso de pessoas.....	213
5.3.3.3.1	Coautoria em relação à mãe	213
5.3.3.3.2	Coautoria em relação a terceiro	213
5.3.3.3.3	Participação	214
5.3.4	Aborto.....	215
5.3.4.1	Aborto provocado pela gestante	215
5.3.4.2	Tentativa de autoaborto	215
5.3.4.3	Participação	216
5.3.4.4	Aborto com o consentimento da gestante	217
5.3.4.5	Aborto causado por terceiro sem o consentimento da gestante	217
5.3.4.6	Aborto causado por terceiro com o consentimento da gestante.....	218
5.3.4.7	Hipóteses de crime qualificado pelo resultado: lesão corporal de natureza grave ou morte da gestante	219
5.4	Modelos de quesitos relacionados aos crimes conexos	220
5.4.1	Lesões corporais	220
5.4.1.1	Lesão corporal simples	220
5.4.1.2	Lesão corporal grave	220
5.4.1.3	Lesão corporal gravíssima.....	221
5.4.1.4	Lesão corporal seguida de morte.....	222
5.4.1.5	Circunstâncias legais para a diminuição da pena	223
5.4.1.6	Lesão culposa.....	224
5.4.1.7	Causas de aumento de pena para a figura culposa.....	224

5.4.1.8	Violência doméstica.....	226
5.4.1.9	Causa de aumento para violência doméstica com resultado qualificador (§§ 1.º a 3.º).....	226
5.4.1.10	Causa de aumento de lesão contra autoridade e seus agentes....	226
5.4.1.11	Qualificadora para agressão contra mulher, por razão da condição do sexo feminino.....	227
5.4.2	Rixa.....	227
5.4.3	Crimes contra a honra.....	228
5.4.3.1	Calúnia.....	228
5.4.3.1.1	Calúnia por propagação ou divulgação.....	229
5.4.3.2	Difamação.....	230
5.4.3.3	Injúria.....	231
5.4.4	Crimes contra a liberdade individual.....	232
5.4.4.1	Constrangimento ilegal.....	232
5.4.4.2	Acumulação material.....	232
5.4.4.3	Ameaça.....	233
5.4.4.4	Perseguição.....	233
5.4.5	Crimes contra o patrimônio.....	234
5.4.5.1	Furto simples.....	234
5.4.5.2	Tentativa de furto simples.....	234
5.4.5.3	Furto qualificado.....	235
5.4.5.4	Roubo simples próprio.....	236
5.4.5.5	Roubo simples impróprio.....	237
5.4.5.6	Roubo com causas de aumento (ou qualificado).....	237
5.4.5.7	Roubo seguido de morte (latrocínio).....	238
5.4.5.8	Extorsão simples.....	239
5.4.5.9	Tentativa de extorsão simples.....	240
5.4.5.10	Extorsão com causa de aumento (ou qualificada).....	240
5.4.5.11	Extorsão seguida de morte.....	241
5.4.5.12	Extorsão mediante sequestro simples.....	242
5.4.5.13	Extorsão mediante sequestro com causa de aumento (ou qualificada).....	242
5.4.5.14	Extorsão mediante sequestro com resultado morte.....	243
5.4.6	Crimes contra a liberdade sexual.....	244
5.4.6.1	Estupro.....	244
5.4.6.2	Estupro com causa de aumento.....	244
5.4.6.3	Estupro de vulnerável.....	245
5.4.6.4	Estupro com resultado morte.....	245
5.4.7	Crime contra a paz pública.....	246
5.4.7.1	Associação criminosa.....	246
5.4.7.2	Associação criminosa com causa de aumento de pena.....	246
5.4.7.3	Constituição de milícia privada.....	247
5.4.8	Crimes praticados por particular contra a Administração em geral.....	247

5.4.8.1	Resistência	247
5.4.8.2	Desacato.....	248
5.4.9	Falso testemunho	249
5.5	Teses previstas em lei benéficas à defesa	249
5.5.1	Arrependimento eficaz.....	250
5.5.2	Arrependimento posterior	251
5.5.3	Concurso formal	251
5.5.4	Cooperação dolosamente distinta.....	252
5.5.5	Crime continuado	254
5.5.6	Desistência voluntária	255
5.5.7	Embriaguez incompleta decorrente de caso fortuito ou força maior.....	255
5.5.8	Erro de proibição inescusável ou evitável	256
5.5.9	Erro de tipo inescusável ou evitável.....	257
5.5.10	Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	258
5.5.11	Excesso culposo nas excludentes de ilicitude	259
5.5.12	Inimutabilidade.....	260
5.5.13	Participação de menor importância.....	261
5.5.14	Semi-imputabilidade	261
5.6	Teses supralegais benéficas à defesa	262
6	JULGAMENTO NA SALA ESPECIAL.....	265
6.1	Procedimento e sigilo do resultado	265
6.2	Inviabilidade da repetição da votação	268
7	SENTENÇA E ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE.....	271
7.1	Formalidades e conteúdo da sentença	271
7.1.1	A prisão cautelar	274
7.1.1.1	Prisão para cumprimento da pena	277
7.1.2	O reconhecimento de mais de uma qualificadora	278
7.1.3	Asqualificadoras e o seu reconhecimento pelos jurados (inadmissibilidade do reconhecimento como circunstâncias judiciais ou agravantes)	278
7.1.4	Antecedentes do acusado	279
7.2	Desclassificação própria e desclassificação imprópria.....	279
7.3	Desclassificação e suspensão condicional do processo.....	281
7.4	Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	282
7.4.1	A representação da vítima no caso de desclassificação para infração de menor potencial ofensivo.....	283
7.5	Atribuições do presidente do Tribunal do Júri.....	283
8	ATA DO JULGAMENTO	289
8.1	Conteúdo, formalidades e direito de apelar	289
8.2	Assinatura da ata	290

9	DOS RECURSOS CABÍVEIS NO ÂMBITO DO JÚRI.....	293
9.1	Disposições gerais	293
9.1.1	O duplo grau de jurisdição e a soberania dos veredictos.....	293
9.1.2	Conceito de recurso	294
9.1.3	Características e efeitos.....	295
9.1.4	Pressupostos de admissibilidade	295
9.1.5	Formalidades para a interposição.....	295
9.1.6	Impedimentos ao processamento ou ao conhecimento dos recursos	296
9.1.7	A fungibilidade dos recursos.....	296
9.1.8	Aproveitamento do recurso no concurso de agentes.....	296
9.2	Recurso em sentido estrito.....	297
9.2.1	Conceito e prazo para interposição	297
9.2.2	Cabimento.....	297
9.2.2.1	Não recebimento da denúncia ou queixa	298
9.2.2.2	Incompetência do juízo	298
9.2.2.3	Procedência das exceções.....	299
9.2.2.4	Pronúncia.....	299
	9.2.2.4.1 <i>Reformatio in pejus</i>	299
9.2.2.5	Decisão que envolve a liberdade do acusado.....	300
9.2.2.6	Absolvição sumária.....	301
9.2.2.7	Quebramento e perda da fiança.....	301
9.2.2.8	Extinção da punibilidade	301
9.2.2.9	Indeferimento da decretação da extinção da punibilidade	301
9.2.2.10	Decisão concessiva ou denegatória de <i>habeas corpus</i>	302
9.2.2.11	Decisão anulatória do processo	302
9.2.2.12	Inclusão ou exclusão de jurado na lista.....	302
9.2.2.13	Indeferimento do processamento de apelação ou decretação de deserção.....	302
9.2.2.14	Suspensão do feito em virtude de questão prejudicial	303
9.2.2.15	Julgamento do incidente de falsidade	303
9.2.3	Subida dos autos	303
9.2.4	Efeito do recurso em sentido estrito.....	304
9.2.5	Recurso da pronúncia e prisão.....	304
9.2.6	Processamento.....	305
	9.2.6.1 As contrarrazões no caso de rejeição da denúncia ou queixa....	305
9.3	Correição parcial.....	306
9.3.1	Conceito e processamento.....	306
9.3.2	Cabimento.....	308
9.4	Reclamação.....	308
9.4.1	Conceito e processamento.....	308
9.4.2	Cabimento.....	309
9.5	Apelação.....	310
9.5.1	Conceito	310

9.5.2	Cabimento.....	310
9.5.3	As decisões do Tribunal do Júri	311
9.5.3.1	Nulidade posterior à pronúncia.....	312
9.5.3.2	Contrariedade da sentença do juiz presidente à lei ou à decisão dos jurados.....	313
9.5.3.3	Erro ou injustiça na aplicação da pena ou da medida de segurança	313
9.5.3.4	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	314
9.5.3.4.1	Legitimidade recursal do Ministério Público	317
9.5.4	Princípio da unirrecorribilidade das decisões	319
9.5.5	A prisão para recorrer.....	319
9.5.5.1	Alguns fatores para a prisão cautelar.....	320
9.5.5.2	O prazo para o julgamento da apelação de réu preso e o princípio da razoabilidade	320
9.5.5.3	Deserção.....	322
9.5.6	Efeitos da apelação	322
9.5.6.1	Prisão para cumprimento de pena	323
9.5.7	Processamento.....	324
9.6	Protesto por novo júri	326
9.7	Carta testemunhável.....	327
9.7.1	Conceito	327
9.7.2	Cabimento e processamento	327
9.7.3	Opções do Tribunal ao julgar a carta testemunhável.....	328
9.8	Embargos de declaração	328
9.8.1	Conceito e cabimento	328
9.8.2	Processamento.....	329
9.9	Embargos infringentes e de nulidade.....	330
9.9.1	Conceito	330
9.9.2	Processamento.....	331
9.10	Recurso extraordinário.....	332
9.10.1	Conceito.....	332
9.10.2	Cabimento.....	332
9.10.3	A repercussão geral da questão constitucional	333
9.10.4	Processamento.....	334
9.10.5	Efeito meramente devolutivo	334
9.11	Recurso especial	334
9.11.1	Conceito.....	334
9.11.2	Cabimento.....	335
9.11.3	Processamento.....	335
9.11.4	Efeito meramente devolutivo	336
9.12	Recurso ordinário constitucional.....	336
9.12.1	Conceito e cabimento	336
9.12.2	Processamento.....	336

10 DAS AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO CABÍVEIS NO ÂMBITO DO JÚRI	339
10.1 Disposições gerais	339
10.2 <i>Habeas corpus</i>	339
10.2.1 Conceito	339
10.2.2 Amplitude	340
10.2.3 Espécies e restrições	341
10.2.4 O <i>habeas corpus</i> e a soberania do Tribunal do Júri.....	341
10.2.5 Cabimento.....	342
10.2.6 Competência.....	344
10.2.7 Legitimidade e processamento	346
10.2.8 <i>Habeas corpus</i> e matéria do júri	350
10.3 Mandado de segurança	352
10.3.1 Conceito	352
10.3.2 Admissibilidade em matéria criminal.....	352
10.3.3 Efeito suspensivo a recurso que não o tenha	353
10.3.4 Cabimento.....	353
10.3.5 Liminar	354
10.3.6 Polos ativo e passivo	354
10.3.7 Processamento	355
10.4 Revisão criminal.....	356
10.4.1 Conceito	356
10.4.2 Legitimidade.....	356
10.4.3 A revisão criminal e a soberania do Tribunal do Júri	357
10.4.4 Cabimento.....	360
10.4.5 Processamento.....	362
11 ASPECTOS LIGADOS À EXECUÇÃO PENAL	365
11.1 Progressão de regime	365
11.1.1 Crimes hediondos	367
11.2 Remição.....	368
11.3 Livramento condicional	369
11.4 Unificação de penas	370
11.5 Agravo em execução	371
12 QUESTÕES POLÊMICAS.....	373
12.1 Absorção dos crimes relacionados às armas de fogo	373
12.2 Continuidade delitiva no contexto do Tribunal do Júri	374
12.3 Homicídio simples hediondo e questionamento aos jurados.....	376
12.4 Homicídio privilegiado-qualificado.....	376
12.4.1 Femicídio.....	377
12.5 Júri Federal.....	378
12.6 Júri e Justiça Especial	378
12.6.1 Justiça Eleitoral.....	378

12.6.2	Justiça Militar.....	379
12.7	Mandante e executor: julgamentos separados	380
12.8	Nulidades no procedimento do júri	382
12.8.1	Nulidades referentes à pronúncia	384
12.8.2	Provocação de vício pela parte ou omissão quanto à alegação.....	384
12.8.3	Nulidades após a pronúncia	385
12.8.4	Prova do prejuízo.....	385
12.9	Teses defensivas envolvendo excludentes supralegais de Direito Penal.....	385
12.9.1	A tese da inexigibilidade de conduta diversa.....	386
12.9.2	O excesso exculpante	386
12.9.3	O excesso acidental	386
12.10	Anulação do julgamento pelo júri e respeito ao princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	387
12.11	Competência para o julgamento de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação (art. 122, CP)	388
12.12	A tese defensiva da legítima defesa da honra no cenário do feminicídio, o julgamento do Supremo Tribunal Federal e seus desdobramentos.....	391
13	ROTEIRO GERAL.....	407
	BIBLIOGRAFIA	415
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	421
	APÊNDICE.....	429
	OBRAS DO AUTOR	471